

31 de Março de 2009

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional 4º Trimestre de 2008 e Ano 2008

Contas nacionais trimestrais por sector institucional

Em 2008 aumentou a necessidade de financiamento externo da economia para cerca de 10,2% do PIB (- 8,4% em 2007), traduzindo sobretudo o aumento da necessidade de financiamento das Sociedades não financeiras. Esta evolução verificou-se num contexto de redução do excedente bruto de exploração deste sector institucional em 2008. A capacidade de financiamento dos Particulares aumentou ligeiramente, interrompendo a tendência decrescente dos anos anteriores. Esse aumento foi particularmente expressivo no 4º trimestre de 2008. A necessidade financeira das Administrações Públicas em proporção do PIB manteve-se praticamente inalterada em 2008, não obstante a deterioração observada na respectiva poupança bruta corrente.

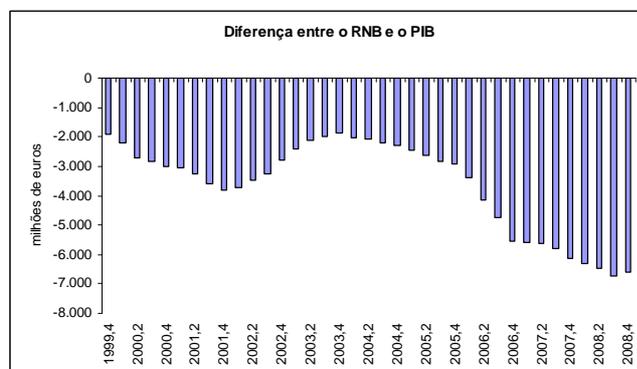
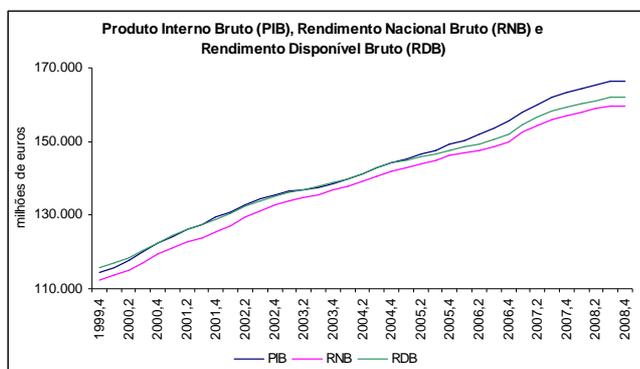
A evolução negativa da produtividade aparente do trabalho, particularmente no 4º trimestre de 2008, conjugada com um crescimento das remunerações médias apenas ligeiramente inferior ao do ano anterior, determinou em 2008 um agravamento dos custos de trabalho por unidade produzida.

Os dados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) dizem respeito à primeira versão do 4º trimestre de 2008 das contas trimestrais, por sector institucional. A agregação dos quatro trimestres de 2008 permite obter uma versão preliminar anual das contas nacionais por sector institucional para 2008. De acordo com a metodologia adoptada, esta versão incorpora a informação mais actualizada entretanto disponível. Assim, relativamente às estimativas das Contas Nacionais Trimestrais a 70 dias, divulgadas no dia 11 do corrente mês, estas estimativas por sector institucional, integram as estatísticas mais actualizadas da Balança de Pagamentos divulgadas pelo Banco de Portugal a 20 de Março e reflectem também a compilação dos dados do 4º trimestre das Administrações Públicas e da conta preliminar de 2008 para efeitos da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, enviada a 27 de Março para o Eurostat.

Apresentação de resultados

Em 2008 o produto interno bruto (PIB) cresceu, em termos nominais, 1,8 % e o rendimento nacional bruto (RNB) 1,6 %. Assim, continuou a aumentar o afastamento entre os níveis destes dois agregados, embora com uma

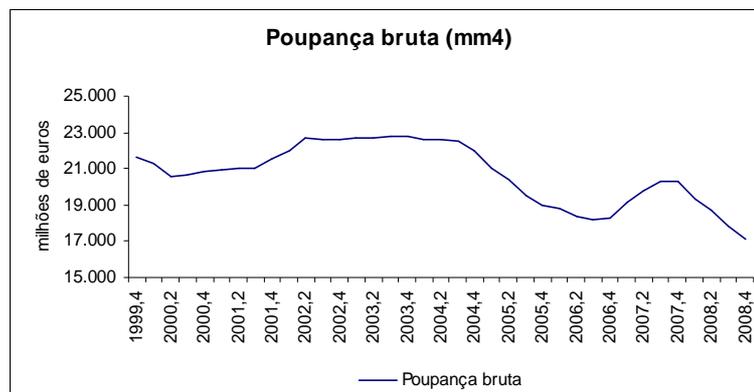
ligeira redução do 3º para o 4º trimestre de 2008, como é perceptível nos dois gráficos seguintes (construídos utilizando médias móveis de 4 trimestres¹, para eliminar as flutuações sazonais).



O aumento da diferença entre o PIB e o RNB traduz o agravamento do saldo dos rendimentos primários com impacto negativo para a economia portuguesa. Em contrapartida, o saldo das transferências correntes com o Resto do Mundo, no qual têm expressão significativa os fluxos correspondentes a remessas de emigrantes/imigrantes, é positivo para Portugal e, apesar de registar uma redução no 4º trimestre face ao trimestre anterior, o valor anual de 2008 apresenta uma variação positiva relativamente a 2007. Este efeito determinou que o rendimento disponível bruto (RDB) fosse superior ao RNB mas ainda assim claramente aquém do nível do PIB, situação que se tem observado desde 2005.

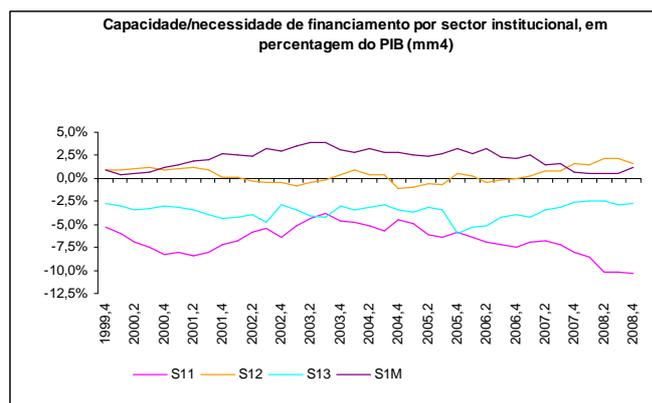
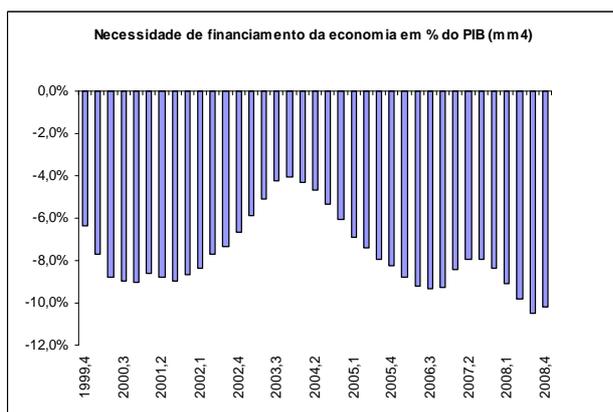
Efectivamente, apesar do efeito positivo do saldo das transferências correntes com o Resto do Mundo para o RDB, verifica-se que este agregado, em termos nominais, aumentou em 2008 apenas 1,7%, menos 3,2 pontos percentuais (p.p.) que em 2007. A despesa de consumo final manteve em 2008 uma taxa de crescimento superior ao RDB (4,3%, aliás ligeiramente superior à de 2007 que se situou em 4,0%). Em consequência, verificou-se uma redução da poupança bruta corrente da economia que atingiu em 2008 o nível mais baixo do período em análise, como é visível no gráfico seguinte.

¹ Salvo indicação em contrário a análise descritiva neste destaque refere-se a médias móveis de 4 trimestres (mm4), eliminando-se dessa forma flutuações de natureza sazonal e reduzindo-se o efeito de oscilações irregulares.



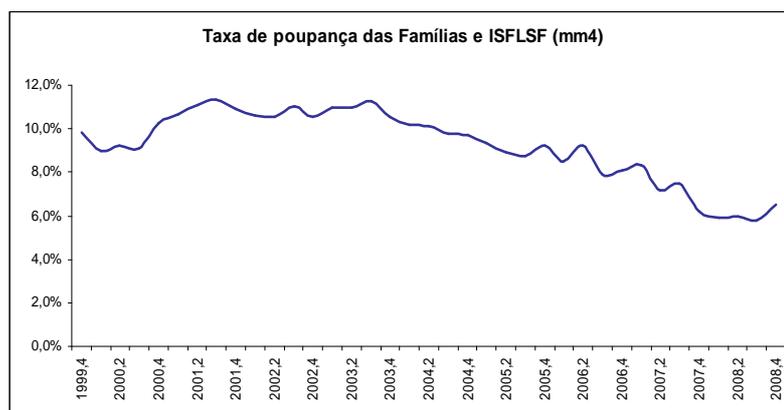
O saldo das transferências de capital com o exterior, onde se destaca o efeito dos fundos estruturais, tem um efeito positivo que, agregado à poupança bruta corrente, indica o montante dos recursos internos disponíveis para investimento e aquisição líquida de cessões de activos não financeiros não produzidos². O gráfico seguinte ilustra que estes recursos não são suficientes sendo necessário recorrer a financiamento exterior. Assim, o saldo “capacidade/necessidade líquida de financiamento” da economia tem sido sistematicamente negativo, assistindo-se em 2008 a necessidades de financiamento externo da economia portuguesa na ordem de 10,2% do PIB (mais 1,8 p.p. que no ano anterior, mas menos 0,3 p.p. que no ano acabado no 3º trimestre).

Este saldo traduziu os efeitos combinados da capacidade/necessidade líquida de financiamento dos vários sectores institucionais residentes.



² Os activos não-financeiros não produzidos consistem em terrenos e outros activos corpóreos não produzidos utilizáveis na produção de bens e serviços e em activos incorpóreos não produzidos (como por exemplo, patentes e outros direitos de utilização e exploração de outros activos).

Em 2008 inverteu-se a tendência decrescente da capacidade de financiamento dos Particulares³. É importante notar que esta alteração foi sobretudo verificada no 4º trimestre de 2008, tendo-se assistido a um aumento significativo dessa capacidade que atingiu 1,2% do PIB, mais 0,7 p.p. que no trimestre anterior. Esta evolução recente reflecte o efeito de um abrandamento do investimento nominal dos Particulares (efectivamente, não considerando mm4, verificou-se mesmo uma redução do investimento nominal em cerca de -1,2% no 4º trimestre face ao trimestre homólogo de 2007) conjugado com o aumento da taxa de poupança corrente (ver gráfico seguinte).



Dois outros sectores, as Sociedades não financeiras e as Administrações Públicas (AP), apresentam, embora com evoluções diferenciadas, necessidades de financiamento.

No primeiro caso, depois de alguma redução em meados do período em análise, desenha-se uma tendência de agravamento das necessidades de financiamento. Deve-se notar que, não obstante a desaceleração do VAB nominal neste sector que cresceu 2,0% em 2008 (6,6% em 2007), e a redução nominal do excedente bruto de exploração (que atingiu -3,4% em 2008 quando tinha aumentado 9% no ano anterior), as Sociedades não financeiras mantiveram um crescimento elevado da formação bruta de capital fixo (FBCF) e da aquisição líquida de cessões de activos não financeiros não produzidos que, em conjunto, aumentaram 9,1% (mais 3 p.p. que em 2007). Assim, o aumento da necessidade de financiamento deste sector foi em larga medida determinado pelo relativamente elevado volume de investimentos em 2008.

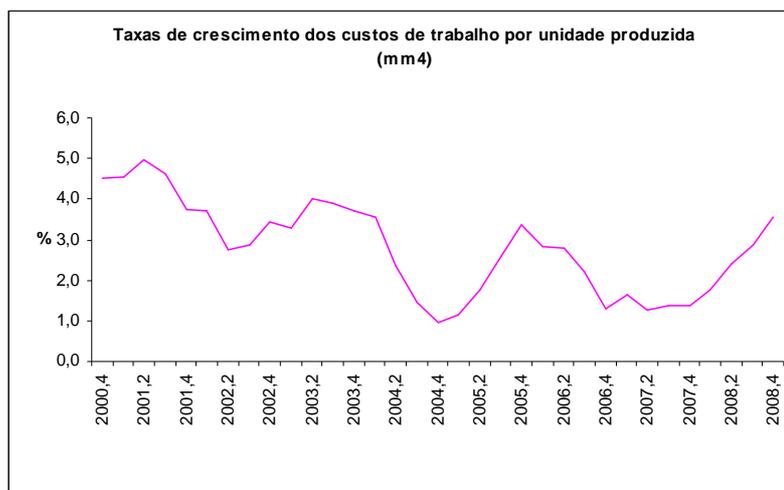
³ A designação, Particulares (S.1M), corresponde ao agregado dos sectores institucionais Famílias (S.14) e Instituições Sem Fim Lucrativo aos Serviço das Famílias (S.15).

No caso das AP, a tendência que se verificava para uma melhoria deste saldo em 2007 foi interrompida em 2008, mantendo-se a necessidade de financiamento deste ano praticamente ao mesmo nível de 2007. Contudo, deve ser referido que este resultado traduz o efeito de factores distintos dos que contribuíram para o mesmo resultado no ano anterior. Entre esses factores é de destacar a redução significativa (-50,1%) observada no conjunto FBCF e aquisição líquida de cessões de activos não financeiros não produzidos que compensou a deterioração observada na poupança bruta e o aumento das transferências de capital. Em grande parte, o elevado valor negativo observado no sector das AP ao nível da aquisição líquida de activos não produzidos (o que traduziu venda líquida de activos), teve como contrapartida o aumento de aquisições líquidas destes activos pelas Sociedades não financeiras atrás referido.

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

Estima-se que as remunerações na economia tenham aumentado cerca de 4% em 2008 (mais 0,9 p.p. que em 2007). Esta evolução reflectiu os efeitos conjugados de um crescimento ligeiramente mais moderado da remuneração média em 2008 (3,1%, menos 0,3 p.p. que em 2007) com a aceleração do emprego por conta de outrem (óptica de Contas Nacionais) que terá aumentado cerca de 0,9% em 2008 (-0,3%, em 2007).

Apesar do menor crescimento da remuneração média, os CTUP agravaram-se em 2008 devido à redução da produtividade aparente da economia (avaliada pelo quociente entre o PIB em volume e o emprego), particularmente no último trimestre de 2008, tendo crescido em termos nominais cerca de 3,6% (mais 2,2 p.p. que no ano anterior).



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

Relativamente às contas apresentadas no trimestre anterior, estas Contas Trimestrais por Sector Institucional incorporam nova informação, originando revisões em alguns agregados. Estas revisões são mais evidentes nos anos para os quais ainda não existem contas nacionais definitivas (2007 e 2008). Relativamente à versão anterior referente ao 3º trimestre de 2008, as principais revisões implícitas nesta nova versão, reflectem sobretudo: i) a alteração de informação de base no domínio das Administrações Públicas e da conta do Resto do Mundo; ii) a alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais a 70 dias, na sequência da publicação dos resultados referentes ao 4º trimestre de 2008.

Relativamente às Administrações Públicas, o efeito mais evidente das revisões verificou-se nos sectores de contrapartida, Sociedades não financeiras e Particulares, resultante da alteração da repartição dos subsídios pagos pelas AP a estes sectores, não tendo, contudo, sido alterado o montante global destes subsídios.

Na conta do Resto do Mundo e respectivas repercussões na economia portuguesa, é de destacar a alteração das importações e exportações de bens e serviços, resultante da actualização dos dados do comércio internacional e, dos rendimentos de propriedade, resultante da revisão da série da Balança de Pagamentos. Neste último caso são particularmente evidentes as revisões da série dos lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos. Em consequência, as revisões no RNB foram mais pronunciadas que as do PIB. Efectivamente, enquanto o nível nominal do PIB referente ao 3º trimestre de 2008 foi revisto 0,1% em alta, o nível do RNB foi revisto em 0,4% também em alta. Verificou-se ainda uma revisão da necessidade de financiamento externo da economia no sentido do seu agravamento, em linha com a revisão em alta da FBCF e das transferências de capital pagas ao Resto do Mundo.

Notas:

Quadro conceptual

As contas trimestrais dos sectores representam uma descrição trimestral de fluxos de produção, de rendimentos primários, de redistribuição de rendimentos primários, de investimento e consumo final, dos diferentes sectores institucionais, permitindo apurar as respectivas necessidades ou capacidades de financiamento, sendo totalmente coerentes com a série das contas nacionais anuais (base 2000), cuja última divulgação, para o período 1995-2006, ocorreu no passado dia 28 de Julho.

Todas as normas, definições, classificações e regras relativas à elaboração das contas trimestrais não financeiras dos sectores institucionais, são conformes com os princípios do Sistema Europeu da Contas Nacionais e Regionais (SEC95).

A desagregação sectorial adoptada é a que corresponde à obrigatoriedade do programa de transmissão, elaborando-se contas para os seguintes sectores:

S.1 – Economia Nacional

S.11 – Sociedades Não Financeiras

S.12 – Instituições Financeiras

S.13 – Administrações Públicas

S.1M – Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

S.2 – Resto do Mundo

O sector das Administrações Públicas inclui todas as unidades institucionais tendencialmente produtores não mercantis e cuja produção se destina a consumo individual e colectivo. O sector das famílias compreende os indivíduos ou grupos de indivíduos, quer na sua função de consumidores, quer na sua eventual função de empresários que produzem bens e serviços, desde que não sejam entidades distintas. Nestas contas as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (ISFLSF), considerando que o seu peso económico é relativamente limitado, são agrupadas com as famílias. O resto do mundo corresponde a unidades não residentes, na medida em que estas efectuem transacções com unidades institucionais residentes.

As contas económicas por sector registam, em princípio, todas as operações entre os agentes económicos durante um determinado período. As operações são agrupadas em várias categorias com diferente significado económico, tal como “remunerações dos trabalhadores” ou “prestações sociais”. Por sua vez, estas categorias de operações são integradas numa sequência ordenada de contas que descrevem o ciclo económico, desde a produção de bens e serviços, a criação e distribuição do rendimento, a utilização do rendimento para consumo, poupança e investimento, até à acumulação em forma de activos. Cada operação não financeira é registada como um aumento em “recursos” de um determinado sector e um decréscimo nos “empregos” de outro sector.

O SEC regista os fluxos e os stocks num conjunto ordenado de contas que descreve o ciclo económico da criação, distribuição e redistribuição do rendimento até à sua acumulação sob a forma de activos.

Cada conta apresenta operações que se equilibram, quer em resultado das definições utilizadas quer por um saldo significativo transitar para a conta seguinte.

O registo estruturado das operações segundo uma lógica de análise da vida económica fornece os agregados necessários ao estudo de um ramo de actividade, de um sector ou subsector institucional ou do conjunto da economia. A divisão por contas foi concebida de modo a mostrar as informações económicas mais significativas.

As contas dividem-se em três categorias:

- a) contas-correntes;
- b) contas de acumulação;
- c) contas de património (O Sistema de Contas Nacionais Português. Ainda não compila contas de património).

Os saldos das contas estabelecem-se tanto em termos brutos como líquidos (excluindo o consumo de capital fixo, que representa o montante dos activos fixos consumidos, como resultado do desgaste normal e da obsolescência previsível dos mesmos).



Divulgação de dados

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º.: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º.: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º.: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11), Sociedades financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M), total da economia (S1) e Resto do Mundo (S2):**

- Operações sobre bens e serviços (P):

P.1	Produção
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	Variação de existências
P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
P.6	Exportação de bens e serviços
P.61	Exportação de bens
P.62	Exportação de serviços
P.7	Importação de bens e serviços
P.71	Importação de bens
P.72	Importação de serviços

- Operações de distribuição (D)

D.1	Remunerações dos empregados
D.11	Ordenados e salários
D.12	Contribuições sociais dos empregadores
D.121	Contribuições sociais efectivas dos empregadores
D.122	Contribuições sociais imputadas dos empregadores
D.2	Impostos sobre a produção e a importação
D.21	Impostos sobre os produtos
D.29	Outros impostos sobre a produção
D.3	Subsídios
D.31	Subsídios aos produtos
D.39	Outros subsídios à produção



D.4	Rendimentos de propriedade
D.41	Juros
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
D.45	Rendas
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
D.6	Contribuições e prestações sociais
D.61	Contribuições sociais
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
D.71	Prémios líquidos de seguros não-vida
D.72	Indemnizações de seguros não-vida
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas
D.74	Cooperação internacional corrente
D.75	Transferências correntes diversas
D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
D.9	Transferências de capital
D.91	Impostos de capital
D.92	Ajudas ao investimento
D.99	Outras transferências de capital
D.92	Subsídios ao investimento
D.99	Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

K.1	Consumo de capital fixo
K.2	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos

- Saldos (B)

B.1	Valor acrescentado / B.1* Produto interno
B.2/B.3	Excedente de exploração/ Rendimento misto
B.5	Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
B.6	Rendimento disponível
B.7	Rendimento disponível ajustado
B.8	Poupança
B.9	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
B.10	Variações do património líquido
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital
B.11	Saldo externo de bens e serviços
B.12	Saldo externo corrente

Esta informação está disponível e pode ser obtida mediante solicitação.